

## O assalto à democracia em tempos sombrios: estado de exceção, autoritarismo e a ofensiva do neofascismo

João Ricardo Dornelles

Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor em Serviço Social pela UFRJ. Membro da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD); Pesquisador da Cátedra Unesco/PUC-Rio "Direitos Humanos e Violência: Governo e Governança".

Na história das sociedades ocidentais assistimos às situações de crises orgânicas que abalaram a institucionalidade do Estado Democrático de Direito e as garantias constitucionais dos direitos humanos. Assim aconteceu nas primeiras décadas do século XX levando aos processos de ascensão dos fascismos clássicos na Europa e ao surgimento de regimes militares ditatoriais na América Latina, especialmente no Cone Sul da América do Sul, a partir da década de 1960 [2].

Contemporaneamente assistimos ao advento de novas modalidades de ataques à democracia, através das chamadas “guerra jurídicas” ou do “lawfare”. É importante deixar claro que as “guerras jurídicas” não se restringem a utilização do sistema de justiça com o intuito de desestabilizar governos democráticos de orientação progressista. Trata-se de um processo que se insere no quadro mais amplo das guerras geopolíticas e que se expressam através das “guerras híbridas”. (KORYBKO, 2018)

O que se passou no Brasil com o golpe de 2016, como também em outros países da América Latina, faz

parte deste processo global de guerra geopolítica que desestabiliza governos de orientação de esquerda, de centro-esquerda, ou que se posicionem de forma independente no cenário internacional.

O mundo tem sido marcado pelas consequências sociais e políticas da crise econômica global iniciada nos anos 2007-2008. A partir desse momento verificou-se um profundo retrocesso ultraconservador atingindo diretamente as conquistas de direitos, as políticas públicas de bem-estar social e as instituições democráticas. As consequências têm sido uma guinada à direita, o aumento da intolerância, do racismo, da xenofobia e do ideário fascista, em escala planetária.

Na última década vimos o resultado da crise do capitalismo global e a ascensão de movimentos e governos de extrema-direita em diferentes partes do mundo:

a) A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América, a ascensão dos movimentos de supremacia racial com conotações neonazistas e, como consequência da crise global, o empobrecimento acelerado de sua população;

b) A Europa Ocidental mergulhada na crise humanitária dos refugiados e das políticas de austeridade neoliberal levando à precarização das condições de trabalho e a fragilização dos aparatos de proteção do Estado de Bem-Estar Social;

c) A eleição de Macron na França, apresentando-se como gestor do capitalismo neoliberal, após uma polarização com a extrema-direita da Frente Nacional de Marine Le Pen;

d) O Oriente Médio como um dos principais territórios das disputas geopolíticas e do experimento da guerra híbrida a partir da chamada “Primavera Árabe”, levando à guerra civil na Líbia, ao surgimento do ISIS (Estado Islâmico), a destruição da Síria, a permanência das violências contra os palestinos e a tragédia humanitária dos refugiados buscando alcançar a Europa;

e) A Venezuela sob intenso boicote internacional, sob a ameaça de intervenção estrangeira e de uma guerra civil;

f) O Equador com o avanço das forças conservadoras e a perseguição judicial contra o ex-presidente Rafael Caldeira;

g) A Colômbia com uma inclinação mais à direita, indicando o aumento da tensão na região, principalmente a partir da eleição para a presidência de Ivan Duque, aliado do ex-presidente Álvaro Uribe, um dos mais ferrenhos opositores ao acordo de paz com a guerrilha das FARC e a

possível ponte para um ataque a Venezuela;

h) O Chile com a eleição do candidato da direita Sebastián Piñera, vitória que consolidou a guinada neoliberal na região iniciada com a vitória de Mauricio Macri;

i) A Argentina com a manutenção das políticas antipopulares de austeridade de Macri, a utilização do aparato judicial através da guerra jurídica contra os adversários políticos e eleições que prometem ser extremamente polarizadas para o ano de 2019.

O cenário da América Latina desperta interesse em todo o mundo. Após pouco mais de uma década de governos de centro-esquerda e esquerda em grande parte dos países da região, entramos em um período regressivo com a chegada ao poder de governos de direita e extrema-direita.

No Brasil, o golpe de Estado parlamentar-judicial-midiático de 2016, deu início a profundos retrocessos em todos os campos dos direitos humanos (direitos civis e políticos; direitos econômicos, sociais e culturais; direitos ambientais). O aprofundamento das políticas regressivas no campo dos direitos tem levado à destruição das redes de proteção do estado de bem-estar social, atingindo o campo dos direitos sociais. Também aprofundou o processo de criminalização ampliada da pobreza e da política com a intervenção federal militar no Rio de Janeiro, a execução política da

Vereadora Marielle Franco, a perseguição, condenação e prisão, sem provas, do ex-Presidente Lula, a ameaça de um aprofundamento do golpe com a sua militarização, o avanço das pautas ultraconservadoras no campo sociopolítico e dos costumes e adoção da receita neoliberal no campo econômico, culminando com a vitória eleitoral do ultradireitista Jair Bolsonaro para presidente da República.

Todo o processo se enquadra no cenário de guerra jurídica, como parte das guerras geopolíticas, tendo como alvo os governos progressistas da América Latina.

No contexto da ordem capitalista neoliberal, percebe-se que o sacrifício das liberdades democráticas se tornou funcional aos processos de acumulação ampliada do capital, revelando a incapacidade da sua coexistência com uma ordem de ampliação de direitos, de bem-estar social e de inclusão de segmentos sociais empobrecidos. A própria lógica neoliberal do capitalismo contemporâneo não busca a sua legitimação na democracia e no bem-estar social. Ao contrário do capitalismo da era fordista, o excedente de força de trabalho passa a ser um estorvo disfuncional ao sistema, levando a uma intensa intervenção estatal em razão dos processos de criminalização social ampliada e do fortalecimento do punitivismo e das políticas de segurança pública militarizadas.

Em especial em relação ao caso brasileiro, podemos lançar algumas perguntas sobre como chegamos a tal situação: Como e por que os segmentos políticos ligados ao grande capital romperam com o pacto democrático da ordem constitucional de 1988? O grande capital só admite a existência política através de uma democracia de “baixa intensidade”, uma “democracia excludente”, uma pós-democracia, uma “não-democracia” [3]?

Como se chegou ao ocaso das formas de democracia mais avançadas e à prevalência da dominação autoritária - seja pelas forças armadas, seja por um líder carismático de extrema-direita ou pela coligação do sistema de Justiça com o grande capital financeiro e os meios de comunicação hegemônicos [4]?

Como se chegou à liquidação dos direitos anteriormente conquistados, das instituições da democracia liberal representativa e dos espaços de liberdade?

Não seria o caso de afirmarmos, inspirados por Walter Benjamin, que o “estado de exceção” é exatamente a regra geral na história brasileira? História de uma sociedade em que os curtos períodos de garantias e liberdades democráticas são a verdadeira exceção à regra, o “ponto fora da curva”. Não seria o caso de afirmarmos que prevalece na nossa história a regra geral da opressão, do não-direito, do autoritarismo, do arbítrio, da força-bruta e das violações

sistemáticas e massivas de direitos humanos? Confirmaríamos que, no Brasil, para os oprimidos a regra geral é o estado de exceção permanente? (BENJAMIN, 1994).

São perguntas que se tornam pertinentes com a ameaça que o país passou a viver com a eleição do candidato neofascista Jair Bolsonaro e o seu arco ultradireitista de alianças (uma aliança que envolve militares, católicos ultraconservadores, igrejas evangélicas fundamentalistas, parte dos meios de comunicação, agentes do capital financeiro internacional, capital nacional, classes médias, chegando aos segmentos populares mais conservadores).

No Brasil, com sua herança colonial de desigualdade, racismo, exclusão e injustiça social, e a inexistência histórica de sujeitos coletivos capazes de cumprir tarefas revolucionárias emancipatórias e de ruptura com a cultura política oligárquica, as promessas do projeto moderno não passam de uma declaração formal, legitimadora dos pactos de elites através das práticas de conciliação. Uma série de episódios da história brasileira retratam essa realidade, como o próprio processo de independência política, a abolição da escravidão, a proclamação da República, a Revolução de 1930, os processos de democratização de 1946 e de 1985-88. O país tem vivido a sua modernidade tardia sem resolver graves problemas sociais e sem que tenha rompido com a cultura

oligárquica que está na raiz das desigualdades, da exclusão social, do elitismo, do autoritarismo, do clientelismo político, da violência estrutural e da injustiça social. A história brasileira avança mantendo vivos e carregando todos os fantasmas do passado de violências, injustiças e arbitrariedades.

Na década de 1980 a sociedade brasileira retomou o caminho da democratização. A democratização não rompeu com instituições e práticas da tradição oligárquica e do período da ditadura militar. (TELES; SAFATLE, 2010)

O processo de transição “por cima” levou à coexistência de *pontos positivos*, que emergiram das lutas pelas liberdades democráticas, com *pontos negativos* que têm a sua origem na herança histórica colonial, patriarcal, antidemocrática, autoritária, violenta, elitista e excludente da sociedade brasileira. Tais características coloniais oligárquicas foram aprimoradas e refinadas no período dos vinte e um anos da ditadura militar, manifestando-se através de uma *sociedade incivil*, ou seja, de uma sociedade elitista, autoritária, racista, altamente violenta e arbitrária, reforçando as características de um *não-Estado Democrático de Direito* para os excluídos.

Sob a formalidade das práticas da democracia representativa, o autoritarismo permaneceu em grande parte inalterado, principalmente as

as instituições estatais de segurança pública com suas políticas seletivas voltadas para as classes populares.

A coexistência entre *pontos positivos* da institucionalidade da democracia representativa com *pontos negativos* do legado colonial de uma cultura política antidemocrática e oligárquica (aprofundadas durante a ditadura de 1964 e que retornaram com uma intensidade multiplicada no cenário aberto do golpe de 2016 e os seus desdobramentos em tempos de Bolsonaro), resultou na existência de limites ao processo de democratização. Aqui temos que destacar o atraso no processo de justiça de transição no Brasil e a reprodução da característica amnésica nas práticas sociopolíticas da nossa sociedade. O Brasil é o principal exemplo de sociedade que aprimorou as características das políticas de esquecimento através da conciliação e dos pactos por cima (pactos de elites), sem a participação popular [5].

Consideramos também que houve uma exagerada avaliação sobre a capacidade real dos movimentos organizados na sociedade civil para fazer frente às tarefas de democratização profunda da sociedade brasileira. No momento em que se iniciou a transição democrática vivíamos o primeiro impulso da ofensiva global neoliberal. O cenário do avanço do capitalismo neoliberal se juntou às características da democratização brasileira, de conciliação e pacto “por cima”, mantendo a marca de uma democracia

oligárquica e com a continuidade das políticas de esquecimento, preferindo (mais uma vez) “virar a página do passado” das violências e injustiças vividas (seja no processo histórico da formação social brasileira, com seus cerca de trezentos e cinquenta anos de escravidão e genocídio indígena, seja no período da ditadura civil-militar).

Esse quadro se agravou no contexto da ordem neoliberal que impôs a todas as sociedades contemporâneas ajustes estruturais que levaram ao aprofundamento da exclusão, da ampliação da desigualdade e da marginalização, da vulnerabilidade das maiorias sociais, de povos e regiões do mundo. O processo brasileiro de transição democrática se dava no mesmo momento histórico em que as políticas de retrocesso social da proposta neoliberal começavam a ser implantadas no mundo.

A ordem constitucional brasileira não assegurou a plenitude das práticas democráticas e da cidadania para um número significativo de pessoas, deixando prevalecer os *pontos negativos* expressos na violência, no racismo, no sexismo, na corrupção presente nas práticas empresariais privadas, nas arbitrariedades policiais, na tortura e na manutenção de um sistema penal violento e altamente seletivo que concentra as suas ações contra a população pobre.

Desde um ponto de vista jurídico-formal, nos marcos da institucionalidade constitucional, poderíamos dizer - mesmo com todos os *pontos negativos* - que até o golpe de 2016 o país poderia ser considerado como uma sociedade democrática ou, pelo menos, uma democracia inconclusa. No entanto, a referência política da cultura oligárquica, o não tratamento do passado colonial e antidemocrático e a contínua repetição das violações massivas e sistemáticas de direitos humanos deixaram as suas marcas no presente. Os *pontos negativos* da nossa democracia inconclusa foram importantes no processo do golpe político de 2016 que levou ao afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, aos retrocessos políticos, sociais e econômicos, ao avanço do fascismo, à execução de Marielle Franco, a prisão do ex-Presidente Lula, aos arbítrios e desmandos de parte do sistema de justiça, em especial do Juíz Sérgio Moro que, num passe de mágica, passou de julgador do ex-presidente Lula a Ministro da Justiça de Jair Bolsonaro.

O próprio processo eleitoral que levou Bolsonaro à presidência foi estranho à lógica de uma sociedade democrática. Podemos elencar alguns exemplos de como o processo foi anormal:

1) Condenação sem provas, prisão e incapacitação eleitoral de Lula, que liderou com larga margem todas as pesquisas de intensão de votos até a sua retirada do pleito;

2) A indústria de *fakenews* da campanha de Jair Bolsonaro, financiados por grandes corporações empresariais;

3) A assessoria de Stephen K. Bannon, coordenador da campanha de Donald Trump nos Estados Unidos e ex-estrategista do presidente republicano na Casa Branca [6];

4) O atentado, até agora pouco explicado, contra o candidato antes do primeiro turno das eleições;

5) A entrevista do general Hamilton Mourão, vice de Bolsonaro, logo após o atentado, dizendo que se ordem for colocada em risco poderia ocorrer um “auto-golpe”;

6) Os constantes pronunciamentos militares sobre o processo eleitoral;

7) A indicação do general Fernando Azevedo e Silva como assessor do Ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Importante lembrar que o general tem vínculos estreitos com Bolsonaro e o general Mourão, uma clara demonstração de indevida tutela militar sobre o Poder Judiciário; (ÉPOCA, 2020)

8) A insistência de Bolsonaro e de seus aliados, durante a campanha, de dizer que se fossem derrotados nas urnas indicaria a existência de fraude;

9) As constantes ameaças contra as forças políticas adversárias, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT), tratando-as como inimigas a serem eliminadas;

10) A explícita ameaça, a poucos dias do segundo turno, de

prisão de políticos do PT, incluindo o próprio candidato petista, Fernando Haddad;

11) A ameaça de enviar para a “Ponta da Praia” os opositores petistas. É importante lembrar que “Ponta da Praia” a que se referia Bolsonaro teria sido uma gíria usada durante a ditadura por militares para designar o destino de presos políticos que seriam mortos sob tortura na base militar da Marinha na Restinga de Marambaia, em Pedra Guaratiba, no Rio de Janeiro;

12) A inexistência de debate eleitoral, com a recusa do candidato fascista de participar democraticamente do enfrentamento de ideias com o seu opositor, sob o pretexto de estar em recuperação médica após o estranho atentado. Ao mesmo tempo que se recusava a participar dos debates dava longas entrevistas na TV Record, ligada à Igreja Universal.

Bolsonaro, em gravação realizada dias antes do segundo turno das eleições, foi explícito em dizer: *“fará uma faxina e que os marginais vermelhos serão banidos do país”*; *“Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão para a cadeia”*; *“Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”*; *“E seu Lula da Silva, se você estava esperando o Haddad ser presidente para soltar o decreto de indulto, eu vou te dizer uma coisa: você vai apodrecer na cadeia. E brevemente você terá Lindbergh Farias (senador do PT) para jogar dominó no xadrez. Aguarde, o Haddad vai chegar*

*ai também. Mas não será para visitá-lo, não, será para ficar alguns anos ao teu lado”*; *“Petralhada, vai tudo vocês para a ponta da praia. Vocês não terão mais vez em nossa pátria”*. (UOL, 2020)

Não é surpresa que sejam difundidas desconfianças sobre os valores e normas de uma ordem constitucional democrática quando existem restrições ao acesso de um significativo contingente da população aos direitos da cidadania (direitos civis, políticos e sociais). Este é o cenário – juntamente com a desigualdade social – onde se desenvolvem as incivildades. A realidade de exclusão, injustiça social e profunda desigualdade também está na base dos sentimentos de intolerância por parte dos segmentos sociais das classes médias e altas, ampliando um discurso antidemocrático e reacionário que se expressa em valores ultraconservadores que poderíamos definir como a exteriorização do *fascismo social*.

O que se tem verificado na realidade contemporânea é que cada vez mais a concepção hegemônica e a ordem globalizada do capital dispensa as práticas democráticas, a ampliação da cidadania coletiva, a garantia dos direitos humanos, o reconhecimento da alteridade, dando lugar à ampliação de espaços de exclusão, marginalização, vulnerabilidade da vida, precarização das condições materiais de sobrevivência, produzindo silêncios, invisibilidades e mortes.

Algumas perguntas se agregam às anteriores: Em que sentido as

sociedades capitalistas - em especial o atual modelo global financeiro - são incompatíveis com a democracia? Quais seriam, portanto, os desafios à democracia atual?

O primeiro deles é a contínua e ampliada concentração da renda e da riqueza, tendo como consequência o aprofundamento das desigualdades sociais entre pobres e ricos. O relatório da organização não-governamental britânica Oxfam, publicado em janeiro de 2018, às vésperas do Fórum Econômico Mundial de Davos reunindo as lideranças empresariais globais, informa que apenas oito pessoas no planeta possuem tanta riqueza quanto a metade mais pobre da população mundial [7]. E aqui voltamos a uma pergunta lançada anteriormente: *quanta desigualdade consegue suportar as nossas democracias excludentes e de “baixa intensidade”* [8]?

O segundo desafio é que o modelo de democracia institucional atual tem uma grande dificuldade em reconhecer a diversidade cultural e, assim, lutar de forma eficaz contra o racismo, o colonialismo, o sexismo e todas as formas de discriminação e opressão.

O terceiro desafio à democracia parte das imposições econômicas e militares dos países hegemônicos do sistema global, tornando-se um obstáculo quase intransponível para as práticas democráticas, em especial nas sociedades periféricas e semiperiféricas. A interferência política

do chamado “mercado” e os interesses geopolíticos dos países mais poderosos nos processos eleitorais e nas práticas sociopolíticas de outras sociedades têm sido um exemplo, se concretizando através do financiamento de forças políticas alinhadas ao capital internacional, a chantagem exercida através das avaliações das agências de risco para investimento internacional e a divulgação pelos meios de comunicação de uma “preocupação do mercado” com uma possível vitória das forças progressistas.

O quarto desafio à democracia é a incompatibilidade de um sistema político baseado na participação ampla e organizada da população com as características do modelo de desenvolvimento onde o livre mercado dita as regras sobre a vida e o bem-estar dos seres humanos e das condições da natureza, impactando intensamente o meio ambiente e colocando em risco permanente a própria existência planetária. (SANTOS, 2016)

Os pensadores e políticos do campo neoliberal passaram a ver na expansão dos direitos, nas políticas públicas distributivas e nas formas de democracia participativa obstáculos a serem removidos. Assim, aumentos salariais, expansão dos serviços públicos, ampliação de políticas públicas de bem-estar estariam no centro do problema. Para o pensamento neoliberal, a proteção de trabalhadores e de empresas, o papel do Estado e os sindicatos estariam na



origem da crise do capitalismo e não a própria lógica da acumulação que leva à crises cíclicas cada vez mais profundas e prolongadas.

O filósofo espanhol Reyes Mate disse que vivemos a época em que cerveja não tem álcool, leite não tem gordura, política não é política. A realidade do espetáculo, da aparência tendo mais valor do que os conteúdos. Onde a guerra é apresentada como humanitária e que não causa baixas (entre os seus). A guerra tornando-se o seu contrário, a paz, como foi com as Unidades de Polícia Pacificadora ou a atual política de Intervenção Federal Militar, no Rio de Janeiro, que não trazem a paz, mas produzem mortos, empilham corpos daqueles que são “torturáveis” e “matáveis”, de gente descartável que não presta para o mercado e para o simulacro de democracia da barbárie contemporânea. Assim, a guerra, sendo paz, tornou-se permanente, acompanhando a lógica da exceção permanente. (MATE, 2006)

Nas sociedades contemporâneas operam articuladamente poderes não democráticos: o capitalismo, o colonialismo, o patriarcado e o racismo. O curioso é que embora não sejam poderes democráticos, se sustentam pela “democracia realmente existente”. Como a cerveja sem álcool, uma democracia sem democracia, sem a sua essência democrática. (SANTOS, 2016)

A receita política neoliberal restringiu a questão democrática, por

enquanto [9], a um único modelo, o da representação institucional, tornando invisíveis ou silenciando as diferentes expressões e práticas democráticas experimentadas pelos povos, pelos movimentos sociais e por outros conhecimentos e práticas sociais não vinculadas à lógica dos mercados.

Com a existência de uma democracia excludente de baixa intensidade - com o Estado debilitado no seu papel de proteção social, em um ambiente individualista, um senso comum meritocrático, onde o que conta é a capacidade de consumo de mercadorias supérfluas - a política sai de cena e dá lugar à lógica da competição individual no mercado, levando à barbárie, onde são expulsas muitas pessoas da sociedade civil para condições próximas ao “estado de natureza”.

A ascensão da extrema-direita em diversas partes do mundo, em especial no Brasil com a eleição de Bolsonaro, recoloca a relação entre a questão democrática e as condições de acumulação do capitalismo neoliberal. O uso dos espaços institucionais democráticos para que forças neofascistas cheguem ao poder criam a aura de legitimidade e normalidade institucional, mesmo que seja apenas a expressão de uma aparência de democracia existente. A chegada ao poder de forças antidemocráticas passa a ser uma experiência contemporânea no âmbito planetário. E que retoma o experimento piloto da ditadura militar de Pinochet, com política econômica neoliberal e

ditadura. Voltamos ao dilema da “cerveja sem álcool” ou da “democracia sem democracia” ou da “política despolitizada”. O governo Bolsonaro pode representar exatamente isso. Um governo de corte neofascista no campo político, cultural e dos costumes, articulado com políticas econômicas neoliberais.

No Brasil, o movimento que levou ao golpe de 2016 e culminou com a eleição de Bolsonaro representa evidentes retrocessos no campo dos direitos políticos e civis, como também nos direitos sociais. Retrocessos com base no *fascismo social* difuso, no senso comum ultraconservador, religioso, antidemocrático e obscurantista, expressos na insatisfação com a ampliação de direitos e a participação política plural das classes populares. Uma insatisfação em relação às políticas de cotas raciais, aos projetos de abertura das universidades para os mais pobres (*os pobres e negros podem entrar na universidade individualmente, mas jamais de forma coletiva*), em relação aos princípios de direitos humanos. E o *fascismo social* convive harmonicamente com uma democracia fraca, de baixa intensidade, restrita aos rituais eleitorais, ou até mesmo se expressa reivindicando uma ditadura. É importante lembrar que durante a celebração popular pela eleição de Bolsonaro, muitos gritavam pelas ruas “Viva a Ditadura”.

Para as elites brasileiras, com sua natureza colonizada oligárquica, antidemocrática e violenta, só é

possível existir democracia desde que a mesma não represente a expressão da diversidade e pluralidade sociocultural e política, não se ampliem direitos. Desde que se limite a ser uma democracia elitista fundada na manutenção de privilégios, uma democracia formal para cerca de vinte por cento da população, branca, integrada no mercado e privilegiada, reproduzindo o *apartheid social* brasileiro.

Estamos sob uma nova ofensiva do capitalismo de barbárie, o ataque frontal parte das forças hegemônicas ultraconservadoras [10]. A ofensiva não atinge apenas as políticas de ampliação de direitos dos anos Lula-Dilma, mas também avançam contra as conquistas sociais e políticas históricas das décadas de 40 e 50 do século XX, os direitos trabalhistas, os direitos fundamentais, previstos no artigo 5º e os direitos sociais, consagrados no artigo 6º. da Constituição brasileira de 1988. Para garantir o sucesso da nova ofensiva neoliberal foi preciso a derrubada de um governo eleito de forma legítima e o rompimento do pacto democrático e da ordem constitucional de 1988. O golpe foi a condição necessária para implantar, sem limites e contestações, a receita da austeridade neoliberal e as restrições aos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, além de redefinir o papel do país no cenário internacional, com seu retorno a uma submissão colonial, e a abertura ilimitada do mercado para o capital financeiro, a destruição de setores

estratégicos da economia nacional, a debilitação da Petrobras e a venda para o capital privado global das reservas petrolíferas do pré-sal, a privatização de setores estratégicos da economia, atingindo a área energética e a maior reserva de água do mundo, o Aquífero Guarani. A democracia, mais uma vez, foi a vítima e com ela todo o povo brasileiro.

Como dissemos no início do texto, a partir de 2007-2008 iniciou-se um novo ciclo de crise do capitalismo, possivelmente a mais séria e profunda da história. Um momento em que se acelera o processo de destruição de parte das forças produtivas, de superconcentração do capital, reconduzindo a sociedade a um novo “estado de barbárie momentânea”.

As crises cíclicas do capitalismo, desde o século XIX - o que foi constatado e explicado por Marx não apenas no “Manifesto” mas principalmente nos “Grundrisse” [11] e “O Capital” - sempre se resolveram com processos de destruição de parte das forças produtivas, superconcentração do capital acumulado e desestruturação social. A destruição de parte das forças produtivas, historicamente, se deu através das guerras, da falência em grande escala de empresas, da concentração ampliada do capital e da recomposição de parte do aparato produtivo existente.

Como vimos na história do século XX e no momento presente, as consequências sociais, humanas e ambientais são gravíssimas. Observa-se

o aumento significativo da miséria e o retorno às práticas de acumulação primitiva atingindo gravemente a população mundial. É o cenário em que as estratégias de controle social passam a fragilizar as referências democráticas como mecanismos de regulação social e priorizam as práticas de exceção. O “estado de barbárie momentânea”, apontado por Marx e Engels, passa a ser o “estado de exceção permanente contra os oprimidos”, descrito por Benjamin na tese oitava de “Sobre o Conceito da História” [12].

As teses sobre o conceito da história de Benjamin desmistificaram a ideia de progresso denunciando a barbárie e a repetição das violências na formação da civilização moderna, através da permanente produção de vítimas, de corpos que vão se amontoando no passado. A denúncia nos remete à imagem *benjaminiana* do “Anjo da História”, presente na tese nona de “Sobre o Conceito da História”, indicando a radical indagação sobre os vínculos entre a modernidade e a barbárie. (BENJAMIN, 1994)

O quadro dramático que passou a existir em todos os cantos do planeta é a chegada ao poder de forças políticas de direita e extrema-direita com conotações fascistas. E esses governos expressam uma vontade popular difusa do ultraconservadorismo antidemocrático.

O fascismo necessita da construção contínua do “inimigo” que é identificado no estranho, no estrangeiro, no diferente, não

reconhecendo a diversidade humana e anticolonial, antirracista, antipatriarcal. O negacionismo e a intolerância, portanto, são características marcantes do fascismo. A negação da alteridade humana, dos direitos, das opiniões divergentes, da diversidade, das conquistas históricas, do conhecimento, do diálogo.

A partir dessa ideia – existência de um ódio incontido e irracional – é possível perceber na vida cotidiana importantes demandas sociais, decorrentes das transformações produzidas pelas novas estruturas sociais e a consequente e radical polarização social.

E a retomada do “Estado punitivo” e do “Estado Primitivo”, com o predomínio do vazio, da indiferença e ignorância em relação ao “outro”, é a forma encontrada de regular a existência da diversidade humana. E prevalece a lógica do terror contra os “inimigos” que têm a sua imagem naturalizada como expressão do mal.

A ascensão de governos neofascistas, como o de Bolsonaro, representam uma guinada à direita da conjuntura global, com o advento das práticas pós-democráticas na atual etapa da ofensiva do capitalismo neoliberal. A conjuntura aberta é de derrota, exigindo um recuo organizado e a percepção de uma rearticulação das forças populares e democráticas com uma perspectiva de médio e longo prazo. A nova conjuntura coloca como desafio para as esquerdas e forças democráticas a sua reconstrução política e a formulação de um projeto aglutinador de corte anticapitalista,

## Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas I*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EPOCA. O general assessor de Toffoli que faz pontes entre STF e a caserna. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/o-general-assessor-de-toffoli-que-faz-pontes-entre-stf-a-caserna-23168326>. Acesso em 12 set.2020.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Antología. Selección, Traducción y Notas de Manuel Sacristan*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1977.
- FALCON, Francisco José Calazans. *Origens históricas dos movimentos fascistas*. In *Fascismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas. Das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro 1 O Processo de Produção Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- MATE, Reyes. *La herencia del olvido*. Madrid: Errata Naturae Editores, 2008.
- MATE, Reyes. *Medianoche en la historia. Comentarios a las tesis de Walter Benjamin "Sobre el concepto de historia"*. Madrid: Editorial Trotta, 2006.
- MENDEZ, J.E.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P.S. (Eds). *Democracia, violência e injustiça: o Estado de Direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- NUN, José. *Democracia: gobierno del Pueblo o gobierno de los políticos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- OXFAM Brasil. Super ricos estão ficando com quase toda riqueza as custas de bilhões de pessoas. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/noticias/su-per-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoas/Acesso\\_12\\_set.2020](https://www.oxfam.org.br/noticias/su-per-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoas/Acesso_12_set.2020).
- PARADA, Maurício (org.). *Fascismo. Conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- SACRISTÁN, Manuel. *Antonio Gramsci. Antología*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1977.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma concepção multicultural dos direitos humanos*. in *Reconhecer para Libertar. Os caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia. Reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

- RESENDE, André Lara. 2020. “Será uma oportunidade de transformar o Estado cartorial e patrimonialista num Estado eficiente e a favor da população”. O Vale, 19 de Abril de 2020. Disponível em: [https://www.ovale.com.br/\\_conteudo/\\_conteudo/brasil/2020/04/101919--sera-uma-oportunidade-de-transformar-o-estado-cartorial-e-patrimonialista-num-estado-eficiente-e-a-favor-da-populacao--diz--um-dos-autores-do-plano-real.html](https://www.ovale.com.br/_conteudo/_conteudo/brasil/2020/04/101919--sera-uma-oportunidade-de-transformar-o-estado-cartorial-e-patrimonialista-num-estado-eficiente-e-a-favor-da-populacao--diz--um-dos-autores-do-plano-real.html). Acesso em: 29 mar. 2021.
- RIBEIRO, Erik; UNGARETTI, Carlos. 2021. “COVID-19 e a crise da ordem liberal: aceleração do tempo histórico e mundo pós-ocidental”. Agenda Política, [S. l.], v. 8, n. 3, pp. 191–220.
- SCHEIDEL, Walter. 2017. *The Great Leveler: violence and the history of inequality from the Stone Age to the Twenty-First Century*. Princeton: Princeton University Press.
- SCHEIDEL, Walter. 2019. *Escape from Rome: the failure of empire and the road to prosperity*. Princeton: Princeton University Press.
- SESSA, Kristina. 2019. “The New Environmental Fall of Rome: A Methodological Consideration”. *Journal of Late Antiquity*, 12, no. 1, pp. 233–236.
- SPINNEY, Laura. 2017. *Pale Rider: The Spanish Flu of 1918 and How It Changed the World*. Nova Iorque: PublicAffairs.
- STROCHLIC, Nina; CHAMPINE, Riley. 2020. “How some cities “flattened the curve” during the 1918 flu pandemic”. *National Geographic*, 27 de Março de 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/history/article/how-cities-flattened-curve-1918-spanish-flu-pandemic-coronavirus>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- TUCÍDEDES. 2001. *História da Guerra do Peloponeso*. Prefácio de Helio Jaguaribe; Trad. do grego de Mário da Gama Kury. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. 2020. “Breve nota sobre o impacto internacional da pandemia de 2020: contribuição para uma análise estratégica”. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.9, n.17, pp. 9-14.
- ZEIHAN, Peter. 2014. *The Accidental Superpower: the next generation of American preeminence and the coming global disorder*. Nova Iorque: Twelve.
- ZEIHAN, Peter. 2017. *The Absent Superpower: the shale revolution and a world without America*. Zeihan on Geopolitics.
- ZEIHAN, Peter. 2020. *Disunited Nations: the scramble for power in an ungoverned world*. Nova Iorque: Harper Business.

Teles, Edson; Safatle, Vladimir (orgs). O que resta da ditadura. A exceção brasileira. São Paulo: Editora Boitempo. 2010

TIBURI, Marcia. *Como conversar com um fascista. Reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

UOL. Um dia após falar em banir vermelhos Bolsonaro diz que aceita oposição. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/22/um-dia-apos-falar-em-banir-vermelhos-bolsonaro-diz-que-aceita-oposicao.htm>. Acesso 12 set.2020.

ZAMORA, José Antonio. *Th. W. Adorno. Pensar contra a barbárie*. Novo Hamburgo, RS: Editora Nova Harmonia, 2008.

**Notas:**

1. João Ricardo Wanderley Dornelles, Doutor em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Mestre em Ciências Jurídicas (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); Graduado em Direito (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Coordenador-Geral do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Coordenador brasileiro do Convênio entre a PUC-Rio e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal; Membro do Instituto Joaquín Herrera Flores – América Latina; Membro da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD); Membro Fundador da ANDHEP (Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-graduação); Membro da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (2013-2017); Pesquisador da Cátedra Unesco/PUC-Rio "Direitos Humanos e Violência: Governo e Governança".

2. Nos referimos às experiências do fascismo italiano, do salazarismo português, do nazismo alemão e do franquismo espanhol, apenas como exemplos ocorridos na primeira metade do século XX no cenário europeu, como também das ditaduras civil-militares do Brasil, Uruguai, Chile e Argentina, na América do Sul.

3. Sobre o debate relacionado às condições da pós-democracia ver DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian (2016).

4. O caso do golpe de 2016 no Brasil é exemplar ao articular uma coalisão ultraconservadora composta por representantes do grande capital financeiro internacional, grande e médio capital nacional, classes médias, seus agentes políticos (principalmente PSDB, PMDB, DEM), midiáticos (grande mídia hegemônica, tendo como principal expressão as Organizações Globo) e o sistema de justiça (através de juízes de primeira instância, chegando ao próprio Supremo Tribunal Federal; Ministério Público etc). A Argentina, Equador têm seguido os mesmos passos no cenário sul-americano e a Espanha, com a questão da Catalunha, também é um exemplo da utilização das práticas da guerra jurídica no campo da luta política.

5. A prática da conciliação e pactos "por cima", ou de pactos de elites, com o afastamento das classes populares do processo sociopolítico, foi caracterizado por Antonio Gramsci como uma das características presentes no que ele definiu como Revoluções Passivas. Ver (GRAMSCI, 1977).

6. Além da assessoria de Stephen K. Bannon, o conselheiro de Segurança Nacional de Trump, John Bolton, tem mantido contatos com Jair Bolsonaro antes mesmo de sua posse, traçando



acordos de atuação conjunta no cenário internacional.

7. O relatório da Oxfam, de 22 de janeiro de 2018, "Recompensem o trabalho, não a riqueza", mostra como a concentração de riqueza nos grandes conglomerados econômicos e pessoas mais ricas leva ao aprofundamento das desigualdades, ao sonegar impostos, reduzir salários e aumentar os rendimentos para os acionistas. Nos relatórios dos anos anteriores, a Oxfam já anunciava que, pela primeira vez, a riqueza acumulada pelo 1% mais rico da população mundial equivale à riqueza dos 99% restantes. O relatório de 2018 aponta que mais de 80% da riqueza criada no mundo no ano de 2017 foi parar nas mãos dos mais ricos, que representam 1 % da população mundial. O relatório informa que mais da metade da população mundial não recebeu qualquer parcela daquela riqueza produzida, vivendo com rendimentos entre US\$ 2,00 a US\$ 10,00 (dois a 10 dólares) diários. O estudo informa que houve um *"aumento histórico no número de multimilionários no mundo: atualmente existem 2.043 multimilionários no mundo e 9 em cada 10 são homens"*. O cálculo é que, desde 2010, a riqueza dos multimilionários aumentou 13% ao ano, seis vezes mais do que os aumentos dos salários pagos aos trabalhadores (2% ao ano). O mesmo relatório indicou que em 2017 a riqueza desse grupo aumentou 762 mil

milhões de dólares (622,8 mil milhões de euros), uma verba suficiente para acabar mais de sete vezes com a pobreza extrema no mundo. (OXFAM Brasil, 2020);

8. Relatório da Oxfam divulgado no dia 26 de novembro de 2018 indica que entre 2002 e 2016 houve uma relativa diminuição da desigualdade no Brasil e que, pela primeira vez em quinze anos, a redução da desigualdade de renda estagnou a partir de 2015-2017. Segundo o documento, houve um aumento da pobreza, constatado a partir de 2015 (ano em que o golpe no Brasil se tornou mais ofensivo), com um incremento de 11% de pobres entre 2016 e 2017. (OXFAM Brasil, 2020);

9. Digo "por enquanto" porque até mesmo as instituições da democracia liberal representativa estão sendo subvertidas, contribuindo para que a democracia seja um simulacro das verdadeiras práticas políticas contemporâneas, onde acaba por prevalecer a regra geral do "estado de exceção", como diria Benjamin. É o que estamos vivendo no Brasil, e em outras partes da América Latina, com o uso do aparato do sistema judicial e o seu ativismo substituindo as práticas democráticas liberais e flexibilizando ou afastando as referências de garantias de direitos individuais (civis e políticos), em especial no campo penal (no caso brasileiro temos a inversão de princípios, onde praticamente deixa de existir institutos de garantia como a

presunção de inocência e prerrogativas da advocacia, por exemplo).

10. Setores ligados ao capital financeiro internacional, rentistas, conglomerados dos meios de comunicação, partidos políticos de direita e extrema-direita, parte significativa do sistema de Justiça, igrejas evangélicas etc.

11. Os *Grundrisse* de Marx se referem aos Manuscritos Econômicos de 1857-1858, que levaram à Crítica da Economia Política e, posteriormente ao O Capital.

12. Walter Benjamin e Theodor Adorno mostraram as condições da existência de uma barbárie especificamente moderna. A barbárie moderna articulada com a ideia do “mito do progresso”. A construção da modernidade acompanhada da criação de formas de barbárie próprias que se expressaram historicamente com o processo colonial, com o escravismo moderno, com o genocídio indígena, dentro do movimento de acumulação primitiva do capital. A chamada Acumulação Primitiva do Capital foi explicada por Marx no capítulo XXIV do “O Capital”.

## **Resumo**

O artigo apresenta uma contextualização do processo global e latino-americano da guerra geopolítica que desestabilizou governos de orientação de esquerda e centro-esquerda na América Latina, lançando perguntas sobre democracia liberal, sistema de justiça e sobre o modelo neoliberal com especial foco de análise da crise recente da política brasileira.

**Palavras-chave:** geopolítica; lawfare; liberalismo; América Latina, sistema de justiça

## **Abstract**

The article presents a contextualization of the global and Latin American process of the geopolitical war that destabilized left and center-left governments in Latin America, raising questions about liberal democracy, the justice system and the neoliberal model with a special focus on the analysis of recent crisis in Brazilian politics.

**Keywords:** Latin American; geopolitics; lawfare, liberalism; justice system